

■ OPINIÃO

BRASIL - Economia

EDITORIAL

Manter uma governabilidade permanente

A questão não é saber se se trata de ganância infecciosa ou de ansiedade irracional. A alta das cotações do dólar chegou a um ponto que exige uma ação coordenada por parte do governo, para eliminar as incertezas que estão minando a economia brasileira. Se, como disse o ministro da Fazenda, Pedro Malan, o governo não se exime de exercer as suas funções até o último dia de seu mandato, precisa tomar logo medidas para evitar que a especulação, que prospera em águas turvas, venha a comprometer os fundamentos da economia brasileira.

Há necessidade urgente de que o governo transmita a segurança de que os entendimentos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) levarão a um novo acordo com esta instituição internacional ou à flexibilização do acordo existente.

Notícias não confirmadas têm surgido na imprensa de que o governo já se acertou com o FMI para poder baixar o nível mínimo das reservas de US\$ 15 bilhões para US\$ 10 bilhões, além de antecipar os saques de duas

tranches de US\$ 500 milhões a que o País tem direito. Torna-se urgente agora que as autoridades expliquem, de forma a mais transparente possível, o que está acordado e ajam em consonância para reverter uma especulação cambial desenfreada.

Se medidas mais drásticas forem exigidas, o governo não deve hesitar em tomá-las. Trata-se, enfim, de dar um paraíso a um estado de coisas que pode encaminhar o Brasil para uma crise absolutamente não justificada pelo comportamento da economia real.

Houve falta de dólares no mercado e há ansiedade eleitoral, mas o que está acontecendo é demais. Recorda-se que, para conter o avanço das cotações, o Banco Central (BC) anunciou, em 3 de julho, que venderia US\$ 100 milhões por dia até a sexta-feira seguinte (dia 5). A partir do dia 9 de julho, segunda-feira da semana subsequente, venderia US\$ 50 milhões por

dia até o dia 31 de julho. Na realidade, o BC colocou no mercado muito mais do que previa. Ao todo, vendeu US\$ 2,26 bilhões até a última sexta-feira. Agora, com a aproximação do fim do mês, o mercado não sabe se essa política continuará em agosto, o que tem sido fonte de pressão sobre o dólar.

Tudo se tornou ainda mais confuso com as desastradas declarações do secretário do Tesouro dos EUA, Paul O'Neill, de que, na visita que fará ao Brasil e à Argentina no início de agosto, não oferecerá apoio financeiro aos

dois países. Essas declarações foram interpretadas como um desmentido à possibilidade, que o governo garante ser real, de que o Brasil amplie até dezembro o acordo em vigor com o FMI. Isso veio atiçar ainda mais a especulação. O dólar, que chegou a ser cotado ontem a R\$ 3,27, fechou em R\$ 3,185 (venda).

Essa situação é extremamente dano-

sa para o Brasil, porque abala a credibilidade da política econômica e se reflete no risco-país. Ontem, o C-bond, o papel brasileiro mais líquido, teve uma queda de 4%, sendo cotado a US\$ 0,525, com 2.164 pontos-básicos de "spread" com relação aos títulos do Tesouro dos EUA.

Isso significa que o crédito externo, já muito escasso, torna-se proibitivo em termos de custo. Naturalmente, com esse quadro o crédito às empresas nacionais também se torna mais restrito, criando mais dificuldades para a condução dos negócios, em uma fase em que a economia brasileira poderia crescer de forma consistente.

Deve-se ter em mente também que, diferentemente do que ocorre em outros países, o governo precisa financiar constantemente sua dívida no mercado, que passa a exigir taxas maiores e prazos cada vez mais curtos para aplicar em títulos públicos. Os bancos que financiam a dívida do setor público ficam com suas carteiras ainda mais carregadas com obrigações do governo. As crescentes des-

confianças sobre a evolução da economia brasileira acabam se refletindo sobre o "rating" dos bancos, como se tem visto pelas notas mais baixas que as agências de classificação de risco têm dado a instituições nacionais.

Nem para os exportadores um dólar supervalorizado no Brasil é vantajoso. Os importadores de produtos brasileiros não estão alheios ao movimento do câmbio e, se ele sobe demais, passam a exigir descontos dos exportadores. Como resultado, o ingresso efetivo de dólares via exportações tende a ser menor.

Há também, paralelamente, um encarecimento de produtos intermediários e matérias-primas importadas. Em consequência, aumentam os custos para as indústrias, que tendem a repassá-los ao varejo. Há resistências ao repasse para o consumidor, em um mercado em que a demanda se mantém ainda muito fraca. Mas, a médio prazo, a situação se torna insustentável, pressionando a inflação.

web page: www.gazetamercantil.com.br/editorial